

REUMAM, v. 9, n. 2, p. 85-98, 2024. ISSN Online: 2595-9239.

HISTÓRIA AMBIENTAL E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA INTERLOCUÇÃO POSSÍVEL? REFLEXÕES A PARTIR DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA¹

Iane Maria da Silva Batista²

RESUMO: O artigo tem como objetivo demonstrar a pertinência da interlocução entre História Ambiental e Ciência da Informação a partir do conteúdo informacional dos planos de desenvolvimento da Amazônia, formulados e executados pelo Estado brasileiro no período de 1955 a 1985. Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. Conclui-se que, pela natureza de seus objetivos e de seus conteúdos, os planos são produtores e registradores de informações ambientais que podem constituir elementos de conexão entre os dois campos disciplinares.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência da Informação; História Ambiental; Planos de desenvolvimento da Amazônia.

ENVIRONMENTAL HISTORY AND INFORMATION SCIENCE: A POSSIBLE INTERLOCUTION? REFLECTIONS FROM AMAZON DEVELOPMENT PLANS

ABSTRACT: The article aims to demonstrate the relevance of the dialogue between Environmental History and Information Science based on the informational content of the Amazon development plans, formulated and executed by the Brazilian State in the period from 1955 to 1985. Methodologically, the research was developed through a qualitative approach, based on bibliographic review and documentary analysis. It is concluded that, due to the nature of their objectives and content, plans are producers and recorders of environmental information, which can constitute connecting elements between the two disciplinary fields.

KEYWORDS: Information Science; Environmental History; Amazon development plans.

HISTORIA AMBIENTAL Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN: ¿UNA POSIBLE INTERLOCUCIÓN? REFLEXIONES DESDE LOS PLANES DE DESARROLLO DE LA AMAZONÍA

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo demostrar la relevancia del diálogo entre la Historia Ambiental y la Ciencia de la Información a partir del contenido informativo de los planes de desarrollo de la Amazonia, formulados y ejecutados por el Estado brasileño en el período de 1955 a 1985. Metodológicamente, la investigación se desarrolló mediante un enfoque cualitativo, basado en la revisión bibliográfica y el análisis documental. Se concluye que, por la naturaleza de sus objetivos y contenido, los planes son productores y registradores de información ambiental, que pueden constituirse en elementos de conexión entre los dos campos disciplinares.

PALAVRAS-CLAVE: Ciencias de la Información; História Ambiental; Planes de desarrollo amazónico.

1 Artigo apresentado no I Seminário Internacional Informação, Conhecimento e Digitalidade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - I SICAM / V Workshop da Rede Transamazônica de Cooperação em Informação e Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável - RTCIC-DS 2024 PROCAD AMAZÔNIA.

2 Doutora em História Social da Amazônia Universidade Federal do Pará, Brasil. iane@ufpa.br

INTRODUÇÃO

Dentro da Amazônia ou em qualquer parte em que um trabalho pioneiro venha a realizar-se, **o seu êxito sempre dependerá do aproveitamento possível de recursos naturais colocados pela natureza à disposição do homem**. Esses recursos são: **os do solo**, cuja utilização agrícola ainda é a base de qualquer esforço civilizador; **os da floresta**, que coloca em posição de utilização imediata importantes recursos essencialmente necessários à vida do homem e ao desenvolvimento da indústria; **o subsolo**, cujos recursos minerais podem evidentemente elevar os níveis econômicos e técnicos de uma sociedade; **e os das águas**, como complemento da vida agrícola, produtora de alimentos animais e vias de transporte. A conjunção dessa variedade de recursos permitirá sociedades de nível de vida muito alto, mas a existência, isoladamente, de um só dêles [*sic*] em condições satisfatórias de utilização, já permitiria condições normais de **desenvolvimento** ao meio social. (SPVEA, 1955, p. 38, grifos nossos).

O excerto acima está consignado no Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, marco legal regulatório das políticas desenvolvimentistas planejadas e executadas pelo Estado brasileiro na Região Amazônica a partir de meados do século XX. A esse plano, proposto para execução no período de 1955 a 1959, seguiram-se diversos outros, sob os auspícios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Esta instituição foi criada por meio da Lei n. 5173 de 27 de outubro de 1966, com a função de “[...] **planejar** e promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia, tendo em vista o **desenvolvimento regional**” (SUDAM, 1968, p. 3, grifos nossos).

Em sua gênese, o planejamento do desenvolvimento regional foi concebido como um processo organizado e dirigido pela burocracia estatal, a partir da identificação, da avaliação e do diagnóstico de problemas a serem enfrentados por meio da formulação de objetivos e metas a serem atingidos, tendo como base o conhecimento técnico e decisões políticas. Devidamente sistematizadas, essas informações compuseram volumes documentais extensos denominados “planos de desenvolvimento da Amazônia” cuja operacionalização se daria em períodos determinados. Por conseguinte, o plano se destacou como a principal ferramenta da atuação estatal na Região Amazônica ao longo da segunda metade do século XX.

O modelo de desenvolvimento gerido pelo Estado nacional no contexto dos anos 1950 e nas décadas imediatamente posteriores, direcionou seus instrumentos de ação para o crescimento da economia regional, em conformidade com os princípios do sistema industrial capitalista moderno, baseados na industrialização, urbanização e trabalho assalariado, considerados indicadores de evolução e progresso. As diretrizes,

metas e operações planejadas, registradas nos planos, preconizavam a promoção do desenvolvimento econômico da região, a ser alcançado por meio da exploração dos recursos disponíveis na natureza - solo, floresta, subsolo e águas - conforme a citação que inicia este artigo.

Ao produzir diagnósticos, identificar “problemáticas regionais” e propor ações, além de dados quantitativos referentes à localização, ao volume e às possibilidades de usos de recursos naturais, os planos de desenvolvimento produzidos pela SUDAM registraram as percepções dos ideólogos desenvolvimentistas sobre aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais referentes das populações da Amazônia. Esses documentos constituem, portanto, um amplo espectro de possibilidades de investigação e análise às mais diversas áreas do conhecimento, especialmente as interessadas em compreender o papel da Amazônia nas discussões contemporâneas sobre meio ambiente e desenvolvimento.

A emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial” a partir da década de 1970 representa, segundo Pádua (2010, p. 82), um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea com repercussões nos diferentes campos do saber, estimulando e desafiando a produção científica. Um dos campos científicos que passou a incorporar o enfoque ambiental em suas análises foi a História, engendrando, assim, a chamada História Ambiental, cujos pressupostos teóricos e metodológicos têm o propósito de “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (Worster, 1991, p. 200).

A História Ambiental interpreta a natureza como agente histórico, ressignificado pela cultura, colocando “[...] os humanos e seus artefatos dentro do fluxo global da matéria, da energia e da vida” (Cabral, 2014, p. 48). Nesse sentido, ela representa um esforço de ampliar a compreensão das relações entre sociedade e natureza, considerando as mudanças efetuadas nas práticas produtivas, no conhecimento científico, na retórica política, nos padrões tecnológicos, nas políticas econômicas e nos valores e sentidos culturalmente atribuídos ao “natural”.

Assim como a História, a Ciência da Informação também introduziu a dimensão ambiental em suas investigações ao considerar a informação como “[...] um instrumento fundamental na busca de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento [...]” face à “importância ecológica e econômica das reservas de natureza existentes em nosso

território” (Albagli, 1995, p. 8). De modo geral, a literatura sobre o tema relaciona a concepção de “informação ambiental” ao seu papel estratégico nos processos decisórios envolvendo o meio ambiente (especialmente em relação a desmatamentos, queimadas, etc.), ao seu potencial como ferramenta de educação ambiental para a sustentabilidade, e aos equipamentos informacionais de controle e armazenamento da documentação produzida sobre os assuntos ligados à temática (Albagli, 1995; Assunção; Ferreira; Santos Júnior; Redigolo; Condurú, 2021; Caribé, 1992; Condurú; Bastos; Maneschy; Flores, 2020; Fernandes; Skolimovski, 1992; Haklay, 2003).

Considerando o suporte teórico-metodológico da História Ambiental e da Ciência da Informação, este artigo representa um esforço analítico de apresentar a documentação produzida pela SUDAM, particularmente, os planos de desenvolvimento da Amazônia elaborados entre 1955 e 1985, como fontes documentais fundamentais para o conhecimento e compreensão da história contemporânea da região. Argumenta-se que, pela natureza de seus objetivos e de seus conteúdos, tais planos são produtores e registradores, por excelência, de informações ambientais. As políticas desenvolvimentistas consignadas nos planos produziram desdobramentos sobre a diversidade social e biológica da Amazônia, repercutindo atualmente na persistência de conflitos no campo, altos índices de desflorestamento e, em última instância, mudanças climáticas, as quais têm gerado efeitos cada vez mais alarmantes. Portanto, a construção de uma “agenda ambiental contemporânea” não pode desconsiderar o teor informacional daqueles documentos.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, a partir de revisão bibliográfica e análise documental. As principais bases da pesquisa bibliográfica em meio digital foram *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), e o repositório digital da SUDAM, utilizando-se termos descritores como “desenvolvimento”, “informação ambiental”, “recursos naturais”, “SPVEA”, “valorização econômica da Amazônia”, “desenvolvimento sustentável”, etc. Também se efetuou uma pesquisa no acervo físico da Biblioteca José Marcelino Monteiro da Costa, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), referência em estudos sobre o desenvolvimento regional na Amazônia. A pesquisa documental foi realizada junto aos acervos documentais da SUDAM, localizados em sua biblioteca na sede da Instituição em Belém, estado do Pará. Os métodos utilizados visam compreender a história administrativa do órgão produtor, bem como os contextos

históricos, intencionalidades e problemáticas subjacentes à produção do corpus documental da pesquisa. A análise documental baseia-se nos princípios da História Ambiental e articula-se com a noção de informação ambiental, objeto de estudo da Ciência da Informação.

Além desta introdução, que apresenta delimitação temática, objetivo e procedimentos metodológicos, o artigo aborda aspectos históricos e conceituais do planejamento, desenvolvimento e História Ambiental, do papel da SUDAM como instituição executora de políticas desenvolvimentistas na Amazônia, apresenta análise e discussão de resultados ao discorrer sobre os modos pelos quais a natureza amazônica foi pensada e instrumentalizada nos planos, seguindo-se as considerações finais.

ASPECTOS HISTÓRICO-CONCEITUAIS: O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E O PAPEL DA SUDAM

A fim de se apreender o teor informacional dos planos de desenvolvimento da Amazônia, é fundamental compreender os contextos históricos de suas produções, especialmente no que se refere ao papel da SUDAM como instituição responsável por sua elaboração e execução, bem como recuperar os sentidos e significados do planejamento e do desenvolvimento naqueles contextos. A concepção estatal de desenvolvimento, presente no 1º Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) (1955–1959) e nos planos seguintes, preconizava o intervencionismo estatal em prol do crescimento econômico, o qual seria alcançado por meio de fatores como produtividade, capacidade de poupança e de investimento, ampliação de mercados consumidores etc. O caráter normativo e ideológico do desenvolvimento que norteou a ação estatal na Amazônia a partir de meados do novecentos é sintetizado por Fonseca (2004, p. 226-228) nos seguintes termos:

[...] o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional.

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento representava uma meta a ser cumprida e orientada pela ação governamental. Na Amazônia, essa ação se deu por meio da elaboração dos planos de desenvolvimento.

Segundo Hobsbawm (1995), a ideia de planejamento como instrumento organizador dos fatores produtivos, dirigido por um poder central, adotada nos países considerados “subdesenvolvidos” no contexto pós Segunda Guerra Mundial, remete às iniciativas da planificação econômica soviética que, nos anos 1930, definiu prioridades e metas à produção industrial e agrícola do país por períodos de cinco anos, prescritas nos Planos Quinquenais.

Na Amazônia, o processo do planejamento do desenvolvimento esteve inicialmente a cargo da SPVEA, instituição criada pela Lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953. No contexto do golpe civil-militar de 1964, em decorrência das mudanças na ordem constitucional e administrativa do Brasil, o governo federal, por meio da Lei nº 5173 de 27 de outubro de 1966, extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM, cujas atribuições institucionais envolveram a elaboração, coordenação e execução de um novo Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Batista, 2021).

Além do 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971), que resultou da “nova” política desenvolvimentista da Amazônia, durante o período da ditadura civil-militar foram elaborados e executados mais três planos, a saber: I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974); II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979) e III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1980-1985). Embora estes planos contemplassem diversos aspectos da vida amazônica como transporte, energia, educação, saúde etc., eles dedicaram atenção especial aos recursos naturais. A gestão e exploração das águas, florestas, solos e subsolos constituíram os focos do planejamento regional para fins de desenvolvimento econômico.

Os cinco planos de desenvolvimento aqui mencionados expressam, portanto, concepções de natureza e de desenvolvimento socialmente elaboradas sobre a Amazônia no recorte temporal analisado pelo artigo. Representam, pois, dispositivos estratégicos de produção e transmissão de informações ambientais relacionadas às políticas desenvolvimentistas executadas na região naquele período. A análise dos planos revela que o discurso desenvolvimentista sobre os recursos naturais, ao longo desses 30 anos, passou por mudanças relacionadas às transformações da própria concepção de desenvolvimento que, de sinônimo de crescimento econômico nos anos 1950, incorporou a noção de sustentabilidade a partir da década de 1980.

A natureza amazônica nos planos de desenvolvimento (1955-1985)

No Primeiro Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia, proposto para o período 1955-1959, os componentes do ambiente amazônico foram subdivididos em águas, florestas, solos e subsolo, concebidos como recursos naturais para a produção de matérias primas a serem apropriadas em escala para fins de crescimento econômico. Nesta perspectiva, a floresta forneceria madeira; os solos serviriam de base para a agropecuária, especialmente os campos naturais; os rios representavam fonte de alimento, a ser desenvolvida por meio da indústria pesqueira; e o subsolo forneceria minérios.

Não se apresentava nenhum questionamento no referido Plano acerca da apropriação desses elementos nem quaisquer restrições ao seu uso, a não ser as já previstas na legislação existente. O Plano enfatizava o conhecimento sobre os recursos, para melhor subsidiar sua utilização. A floresta era considerada o recurso de mais fácil e rápida exploração, tendo em vista a constituição de um promissor mercado de madeiras no contexto pós-Segunda Guerra Mundial.

Por sua vez, no plano subsequente, o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia, formulado no âmbito da SUDAM para execução entre 1967 e 1971, embora o discurso acerca da importância da utilização dos recursos para fins de desenvolvimento econômico tenha se mantido, algumas mudanças na qualificação e nas percepções de sua apropriação e uso já se faziam notar. Ao relacionar os recursos naturais amazônicos, além do potencial pesqueiro, o Plano enfatizava o potencial hidroelétrico representado pelos rios. Ademais, já se estabeleciam, ainda que de modo sutil, restrições de cunho ambiental ao aproveitamento dos recursos e a criação de mecanismos que exercessem certo controle sobre a sua utilização. O Plano anunciou a criação de programas “dedicados à preservação dos recursos naturais da região, florestais e animais, que combatem a sua exploração predatória, visando a renovação de cobertura florestal e a conservação das espécies raras ou em vias de extinção” (SUDAM, 1967). Ao mesmo tempo, as diretrizes governamentais delineadas no documento, orientadas para a expansão capitalista na Amazônia por meio da política de incentivos fiscais, engendraram um processo de mercadorização das terras, com profundos impactos sobre o ambiente e a sociedade regionais (Batista, 2016; Batista, 2021).

No I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (IPDA), proposto para execução entre 1972 e 1974, os recursos naturais foram agrupados em três categorias: Terras,

Águas e Floresta. As Águas foram apresentadas como uma “grande faixa de recursos”, considerando seu potencial hidrelétrico e pesqueiro e sua condição de principal via de transporte regional. Quanto à Floresta, o Plano preconizou a expansão do setor madeireiro com “[...] a introdução das novas técnicas indicadas pela moderna ciência florestal” (SUDAM, 1971, p. 43). Por sua vez, em relação à Terra, foram programados uma série de levantamentos, estudos e pesquisas objetivando o “[...] duplo aproveitamento dos solos e subsolos”. Essa medida visava avaliar a capacidade de uso da terra para a “[...] formulação de diretrizes que permitam à região o desenvolvimento de atividades agropecuárias, em nível consentâneo com a vasta disponibilidade de terras existentes” (SUDAM, 1971, p. 44).

Enquanto nos planos anteriores o foco das pesquisas, visando otimizar o aproveitamento dos recursos, tinha sido a floresta, no I PDA enfatizaram-se as potencialidades dos solos para usos agropecuários. As medidas preconizadas nesse Plano foram operacionalizadas, em parte, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Projeto Radares da Amazônia (RADAM), os quais subsidiaram a localização precisa dos recursos, bem como a criação de infraestrutura para a sua exploração em escala.

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), programado para o período de 1975 a 1979, foi assinalado pela definição de polos de desenvolvimento agropecuários, mineradores e florestais em 15 áreas da Amazônia definidas como prioritárias ao planejamento estatal (SUDAM, 1976). Em perspectiva similar aos anteriores, sintetizou as potencialidades naturais da região e suas condições de aproveitamento, elencando como principais os recursos minerais, florestais, pesqueiros, hídricos e os do solo. No entanto, nele é possível observar a existência de dispositivos legais e institucionais regulando o planejamento do uso dos recursos. Ao mesmo tempo em que exaltava o potencial econômico desses recursos, especialmente os florestais, o Plano enfatizava a necessidade de não os explorar de modo predatório, sujeitando-os à exaustão. No entanto, a retórica ambiental expressa no documento não se refletiu nas políticas desenvolvimentistas, intensamente predatórias do ambiente e desarticuladoras de modos de vida socialmente construídos na região baseados em outras concepções de natureza que não a exclusivamente mercantil.

Refletindo as demandas de um movimento ambientalista em formação e atendendo a exigências de instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento,

o III Plano de Desenvolvimento da Amazônia (III PDA), formulado para execução entre 1980 e 1985, preconizou a necessidade de regular o uso dos recursos naturais, com vistas a assegurar sua conservação. Ressaltou, ainda, a importância de conciliar a exploração florestal e o uso da terra em geral “[...] com medidas conservacionistas que assegurem a proteção contínua dos recursos naturais renováveis e o estabelecimento de Parques Nacionais, Florestas Nacionais, Reservas Biológicas, Reservas Indígenas etc.” (SUDAM, 1982, p. 22).

A modificação na percepção do ambiente e das questões ambientais no tocante ao desenvolvimento regional revela-se de maneira clara e precisa nesse III PDA. Apesar da persistência de uma visão de recursos naturais amazônicos como elementos estratégicos à viabilização do crescimento econômico, sua utilização passa a ser planejada considerando a conciliação com princípios e medidas conservacionistas. Esse Plano expressou, de modo mais nítido, o processo de mudança tanto nos discursos como nas ações estatais relacionadas ao uso dos recursos naturais amazônicos. Com base no debate ambiental que se projetava na esfera internacional, dando origem a instituições, dispositivos legais etc., e em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981³, o III PDA revelou um planejamento da utilização dos recursos dentro dos limites estabelecidos por esses instrumentos.

Por outro lado, com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, novas premissas foram estabelecidas em relação à natureza, consubstanciadas no capítulo VI do texto constitucional, dedicado ao meio ambiente (Brasil, 1988). Ademais, a década de 1980 foi marcada por profundas mudanças nas escalas regional, nacional e internacional, que conformaram a criação de uma “agenda ambiental” contemporânea, atualmente consolidada tanto na esfera política como no campo científico, sob o conceito do desenvolvimento sustentável.

Na fórmula consagrada pelo Relatório Brundtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988), o termo desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Esta definição abriu margem a múltiplas interpretações. Ao analisar os aspectos éticos e econômicos do conceito, Léna (2005) demonstra que o desenvolvimento sustentável tem várias definições e significados e, por isso mesmo, é apropriado sob modos muito diversos. Tal polissemia

³ Essa Lei, de acordo com o disposto em seu Art. 1º, estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente, criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente e instituiu o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (Brasil, 1981).

tem engendrado revisões e críticas. Há referências, inclusive, às antinomias e a um “contradiscurso” (Fernandes; Guerra, 2006) do desenvolvimento sustentável.

Uma das principais ideias subjacentes a essas críticas é a da “banalização” da sustentabilidade que teria passado a ser utilizada “[...] como sufixo para qualquer coisa julgada desejável” (Redclift, 2006, p. 51). Um efeito nocivo deste entendimento, segundo Fonseca e Bursztyn (2009) seria a ampliação da distância entre o discurso politicamente correto e a eficácia concreta das políticas ambientais e de desenvolvimento. Vide, por exemplo, as controvérsias envolvendo a negociação de medidas para mitigação de gases de efeito estufa, as quais têm marcado as recentes edições das reuniões anuais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC): as Conferências das Partes (COP). Há de se ressaltar que, apesar das dificuldades técnicas e políticas da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável (Almino, 2006), ele tem o mérito de apontar equívocos cometidos no passado quanto às maneiras de encarar o progresso, o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Postas estas questões, retorna-se à indagação do título: é possível a interlocução entre a História Ambiental e a Ciência da Informação? A partir da análise do teor informacional dos planos de desenvolvimento ora abordados sustenta-se que a História Ambiental pode representar uma contribuição oportuna ao debate sobre informação ambiental produzido no contexto da Ciência da Informação. Conforme demonstrado nesse artigo, a ideia motriz que orientou a elaboração e execução dos planos analisados da pesquisa foi a exploração dos componentes da natureza amazônica, qualificados como **recursos naturais**. Nesse sentido, esses planos constituem um repertório sistemático e detalhado das preocupações, prioridades, objetivos, diretrizes e estratégias institucionais que nortearam as políticas de desenvolvimento regional com base na gestão dos componentes da natureza amazônica. Apesar da riqueza de suas possibilidades analíticas no tocante às informações ambientais, fundamentadas pela pesquisa bibliográfica apresentada anteriormente, não se encontrou referências sobre o tema em estudos na área da Ciência da Informação.

A História Ambiental pressupõe que não apenas as ideias sobre o mundo natural têm sido continuamente ressignificadas ao longo do tempo. Elas também geram importantes repercussões sobre os diversos campos da ciência e da política, como a formulação de políticas ambientais e a gestão dos recursos naturais, e a (re)elaboração de conceitos, como no caso da sustentabilidade do desenvolvimento. As políticas de promoção do

desenvolvimento regional, expressas nos planos, promoveram um processo de exploração intensamente predatório da natureza amazônica, baseado numa concepção de natureza abundante e supostamente inesgotável. Todavia, o conhecimento e a análise crítica e contextual desses documentos, em uma perspectiva histórico-ambiental, pode embasar políticas públicas mais sustentáveis de gestão e uso dos recursos naturais. Portanto, o diálogo entre os dois campos de conhecimento, História Ambiental e Ciência da Informação, não apenas é possível como necessário, especialmente ao considerar o lugar emblemático que a Amazônia ocupa no cenário ambiental contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Amazônia se torna o maior emissor de gases de efeito estufa do planeta”. Este é o título de uma das matérias de capa da versão digital do Jornal O Globo do dia 12 de setembro de 2024, data em que a redação deste artigo foi finalizada. A chamada destaca-se entre outras alusivas às queimadas de grandes proporções ocorrendo simultaneamente em várias partes do Brasil há semanas. Ao analisar-se os planos de desenvolvimento da Amazônia, evidenciam-se as perspectivas históricas que orientam a persistência de discursos e práticas deletérias ao meio ambiente na terceira década do século XXI.

A história de planejamento do desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XX, registrada em parte nos planos aqui apresentados, evidencia as várias formas de exploração dos componentes do ambiente amazônico, especialmente, solos, florestas, águas e subsolos, transformados respectivamente em pastagens, terras agricultáveis, madeiras, eletricidade e matérias primas para a indústria mineradora. As repercussões das políticas desenvolvimentistas sobre o ambiente e as populações regionais são reveladas de histórias e memórias, tangíveis e intangíveis, presentes tanto nas crateras abertas pela extração em grande escala de minérios como nas extensões florestais desmatadas, comunidades ribeirinhas e terras indígenas submersas pelas represas das usinas hidrelétricas planejadas e executadas sob a égide das instituições planejadoras.

Os discursos, ideias e percepções sobre a natureza amazônica contidos nos planos assim como os desdobramentos sociais, políticos e econômicos das ações que eles fomentaram constituem informações ambientais significativas para se compreender a história recente da Amazônia e as escolhas políticas que conduziram ao patamar atual de destruição do meio ambiente. A apreensão de seu teor informacional pela Ciência da Informação pode ser fortalecida pela compreensão da dimensão histórica que orientou aqueles discursos e práticas. É nesse sentido que este artigo se posiciona, não como um texto conclusivo, mas uma tentativa de colaborar com uma aproximação entre os dois campos disciplinares, avistando que este diálogo contribuirá no processo de construção de relações mais salutareas entre sociedade e natureza na região.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-9, 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/56004>. Acesso em: 07 ago. 2024
- ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. *In*: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contradiscorso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ; NAEA/UFGA, 2006, p. 27-50.
- ASSUNÇÃO, S. S.; FERREIRA, M. M. C.; SANTOS JUNIOR, R. L.; REDIGOLO, F. M.; CONDURÚ, M. T. Sistema de informação ambiental como ferramenta para preservação da Amazônia: atuação do sistema DETER. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 125-156, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/41183>. Acesso em: 08 set. 2024.
- BATISTA, I. M. Ambiente e sociedade nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985). 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Faculdade de História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2016.
- BATISTA, I. M. S. O 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da SUDAM (1967-1971) e o desflorestamento na Amazônia. **Jamaxi**, Rio Branco, v. 4, n. 2, p. 69-87, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/5596>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial União**: Seção 1. Brasília, DF, p. 16509, col. 1. 02 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 set. 2024.

CABRAL, D. C. **Na Presença da Floresta**: Mata Atlântica e História Colonial. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2014.

CARIBÉ, R. C. V. Subsídios para um sistema de informação ambiental no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 1992.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONDURÚ, M. T.; BASTOS, R. Z.; MANESCHY, R. Q.; FLORES, M. S. A. (org.). **Educação e informação ambiental na construção da sustentabilidade na realidade amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2020. v. 1.

FERNANDES, M.; GUERRA, L. **Contradiscurso do desenvolvimento sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2006.

FERNANDES, L. R. M. V.; SKOLIMOVSKI, E. B. Informação ambiental: uma lacuna sendo preenchida no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 46-51, jan./abr. 1992.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 17-46, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v24n1/a03v24n1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.

HAKLAY, M. E. Public access to environmental information: past, present and future. **Computers, Environment and Urban Systems**, Londres, v. 27, n. 2, p. 163-180, mar. 2003.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÉNA, P. O desenvolvimento sustentável: entre a economia e a ética. *In*: FORLINE, L.; MURRIETA, R.; VIEIRA, I. (org.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 357-402.

PÁDUA, J. A. As bases teóricas da História Ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, p. 81-101, fev. 2010.

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos da sustentabilidade. *In*: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (org.). **Contradiscurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev. Belém: UNAMAZ; NAEA-UFPA, 2006. p. 51-76.

SPVEA. **Primeiro Plano Quinquenal**. Rio de Janeiro: Setor de Coordenação e Divulgação, 1955. 2 v.

SUDAM. **Primeiro Plano Quinquenal (1967–1971)**. Belém: SUDAM, 1967.

SUDAM. Operação Amazônia: legislação básica nº 2. Belém: SUDAM, 1968.

SUDAM. **I Plano de Desenvolvimento da Amazônia** (1972–1974). Belém: SUDAM, 1971.

SUDAM. **II Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. (1975–1979). Belém: SUDAM, 1976.

SUDAM. **III Plano de Desenvolvimento da Amazônia** (1980–1985). Belém: SUDAM, 1982.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, jul./dez. 1991.